

UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE A HISTÓRIA DOS AÇORES COM PARTICULAR INCIDÊNCIA NO EXEMPLO MICAELENSE*

por
Fátima Sequeira Dias**

1. Esta breve reflexão sobre a História dos Açores apresenta uma certa perspectiva, pressupondo, por isso, uma *determinada visão*, sem outras ambições que não sejam as de traçar um quadro de referências, uma ténue pincelada de uma realidade bem mais complexa, porquanto apenas foi considerado o percurso económico-social do arquipélago, com particular incidência o da ilha de S. Miguel, negligenciando-se, de propósito, outras possíveis perspectivas e outras possíveis abordagens. Aliás, a própria reflexão sobre "Ponta Delgada: de ermo a cidade" é enquadrada na dinâmica do arquipélago, por se considerar que a sua história não se pode desligar da História das ilhas e por ainda faltar fazer muita investigação sobre a vida urbana micaelense.

Além disso, considerou-se importante levantar questões e não procurar dar respostas, pois, na verdade, não as temos, assim como se pensou ser importante "revisitar" alguma da bibliografia sobre os Açores, publicada nos últimos anos, numa tentativa de sugerir linhas de investigação científica para os nossos alunos de História.

* Conferência realizada no Auditório de Ponta Delgada, a 17 de Dezembro de 1997, aquando da Inauguração da Exposição Documental "Ponta Delgada: de ermo a cidade".

** Departamento de História, F.C.S., Universidade dos Açores.

De resto, é preciso alertar que esta abordagem acabou por não conseguir esconder alguns traços de subjectividade (referente à nossa *circunstância* de cidadã de Ponta Delgada), porque, desde a escolha dos documentos - a matéria-prima privilegiada do historiador continua a ser o documento escrito - até à sua selecção, foram tomadas determinadas opções onde se foram privilegiando documentos em detrimento de outros¹. Essa escolha é, assim, inquestionavelmente, marcada "pela nossa circunstância", para parafrasear Ortega y Gasset, pois o historiador é tributário do seu tempo e da sua condição de cidadão, o que vai tornando a verdade em história, quase sempre relativa a uma época, a um tempo, a uma ideologia e a uma consciência de espaço². É esta relatividade do saber histórico que constitui, porém, quanto a nós, o aspecto mais fascinante do trabalho do historiador, que, obrigado a reescrever a História em cada geração, vai colocando, influenciado pelo seu tempo, novas perguntas ao passado³.

Na circunstância da Exposição Documental sobre os 450 anos da cidade de Ponta Delgada, hora de comemoração, procurar-se-á traçar, em linhas muito genéricas, o que se pensa ter sido o percurso da história dos Açores e, em parte, o da cidade de Ponta Delgada, indagando o passado no sentido de detectar as raízes dos sentimentos de incerteza e de pessimismo que afectam a população, relativamente ao futuro nas ilhas, face à globalização das economias...

Perscrutar, numa perspectiva secular, desde quando esse sentimento existe e de que forma se tem manifestado, eis em suma, o ambicioso projecto de estudo da cidade de Ponta Delgada traçado já alguns anos. As hipóteses de trabalho, então, enunciadas no sentido de "compreender o presente pelo passado" e, sobretudo, de "compreender o passado pelo presente", num ideal caro a Marc Bloch⁴, enquadravam-se numa investigação com base em documentos quase sempre negligenciados - as escrituras de compra, de venda e de arren-

¹ Cf. Pierre Salmon, *História e Crítica*, (1976), Coimbra, Livraria Almedina, 1979, pp. 106-106: acerca da noção de documento histórico e dos vários tipos de documentos históricos.

² Cf. Luís dos Reis Torgal, *História e Ideologia*, Coimbra, Livraria Minerva, 1989 e Marc Ferro, *Falsificações da História*, (1981), Lisboa, Publicações Europa-América, s/d.

³ Cf. René Girault e Claude Mossé, "La communication du savoir historique", in René Rémond, *Être Historien Aujourd' hui*, Paris, Unesco, ERES, 1988, p. 305: "Réconstituer, c'est imaginer avec vraisemblance, sans affirmations définitives. L' historien ne juge pas, il explique".

⁴ *Apologie pour l' Histoire ou métier d' Historien*, Paris, Armand Colin, 1967, 6ª ed., pp. 11-16.

damento de casas de moradia e as de trespasse, compra, venda e arrendamento de estabelecimentos de comércio, para se compreender o comportamento do mercado imobiliário; os inventários orfanológicos da população urbana, sem esquecer os das suas elites, para se compreender a estrutura do património das famílias, assim como para se definir a evolução dos níveis de riqueza da população urbana, segmentada nas suas profissões e mesteres; o registo comercial, para se compreender a função e o comportamento empresarial dos seus habitantes, assim como as estratégias de investimento dos "ricos"; o fluxo de entradas e saídas de embarcações no porto de Ponta Delgada, para se compreender as flutuações do comércio *import-export*, o comportamento da navegação e dos seus protagonistas ao longo das épocas. Nesta investigação, profunda e, por isso, demorada, tem-se pretendido obter não só uma perspectiva de longo prazo para ser possível detectar flutuações no comportamento das populações urbanas, ao longo dos anos, mas, sobretudo, tem-se procurado reunir informação bastante pormenorizada, para se poder estabelecer comparações com os exemplos já apresentados pela historiografia nacional e estrangeira⁵. Não se pretende fazer uma monografia da cidade de Ponta Delgada, descontextualizada das ilhas e do percurso nacional e das dinâmicas do Atlântico, mas lançar as bases de uma linha de investigação comparada, porque a cidade sempre viveu das suas relações comerciais e marítimas com o mundo Atlântico. Ela nunca esteve isolada, encerrada sobre si própria em nenhuma das suas fase históricas. A sua passagem de ermo a cidade só foi feita, graças à sua integração na economia do Atlântico, desde os alvores do século XVI⁶.

⁵ Cf. Amado Mendes, "O contributo da biografia para o estudo das elites locais: alguns exemplos", in *Análise Social*, vol. XXVII, (116-117), 1992, pp. 357-365; Maria Manuela Rocha, *Propriedade e níveis de riqueza. Formas de estruturação social em Monsaraz na primeira metade do século XIX*, Lisboa, Ed. Cosmo, 1994; Maria Antonieta Cruz, *Os burgueses do Porto na 2ª metade do século XIX*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995, (tese de doutoramento dactilografada); Jean Pierre Chaline, *Les bourgeois de Rouen: Une elite urbaine aux XIX siècle*, Paris, P.F.N.S.P., 1982; Adeline Daumard, *La bourgeoisie parisienne de 1815 à 1848*, (1963), Paris, Albin Michel, 1996; Helder Adegar da Fonseca, *O Alentejo no século XIX. Economia e atitudes económicas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1996; Pedro Telhado Pereira e Maria Eugénia Mata (ed.), *Urban dominance and labour market differentiation of a European capital city*, Lisbon, 1980-1990, Boston, Londres, Dordrecht, Kluwer Academic Publishers, 1996.

⁶ Cf. J. Marinho dos Santos, "Ponta Delgada - nascimento e primeira infância de uma cidade", in *Revista de História Económica e Social*, Janeiro-Junho, 1978, nº 1, pp. 33-68; Maria Olímpia da Rocha Gil, "Os Açores e a nova economia de mercado (séculos XVI-XVII)", in *Arquipélago*, revista da Universidade dos Açores, nº III, Janeiro, 1981, pp. 371-425.

2. Em História Económica, desde os trabalhos de Fernand Braudel, referem-se as permanências e as estruturas, como fenómenos que se vão mantendo ao longo das gerações, integrados no chamado tempo-longo, fenómenos esses quase imutáveis, por não terem mudança aparente, apesar dos solavancos da conjuntura recheada de acidentes e incidentes perententes ao tempo-curto⁷. Na História dos Açores, como se pretende demonstrar, as permanências são inúmeras, projectando-se ao longo das gerações, muitas vezes de forma inalterada. Seguindo, porém, o conselho de Henri Pirenne de que o historiador deve ser um indivíduo do seu tempo, observando o presente e só depois perscrutando o passado, partir-se-á da realidade actual para a realidade passada⁸.

Diz-se que a actual geração de açorianos teme o futuro. Teme as dificuldades de colocação dos seus produtos nos mercados exógenos. Teme o desemprego. Teme a pobreza. Teme a "invasão de estrangeiros". Mas, não terão também as gerações do passado receado a falta de colocação do trigo, do pastel, do milho, da laranja, do ananás nos mercados externos? Não terão também temido os surtos de desemprego? A chegada de "estrangeiros"?

Apesar das semelhanças com o passado, hoje, contudo, ao contrário de antigamente, comprova-se o envelhecimento progressivo da população açoriana; observa-se o despovoamento das ilhas menores do arquipélago; regista-se o agravamento das consequências da ausência de uma especialização regional do trabalho; assiste-se à crescente debilidade da integração do arquipélago na economia nacional; verifica-se o aprofundamento da dualidade da actividade económica, dividida entre um sector primário e um sector terciário, que é dominado pelos quadros da administração pública regional; constata-se o aprofundamento das assimetrias crescentes entre a ilha de S. Miguel e as demais ilhas, porque apesar de S. Miguel só ocupar 1/3 da superfície insular, tem mais de metade da população açoriana, é responsável por 2/3 da formação de riqueza no arquipélago e a sua capital - Ponta Delgada - reúne quase 1/4 da população açoriana⁹...

⁷ *Ecrits sur l' Histoire*, Paris, Flammarion, 1969 e *Le temps du monde* in *Civilisation Matérielle, Economie et Capitalisme, XV-XVIII siècle*, Paris, Armand Colin, 1979, 3º tomo, 1º cap.

⁸ Cf. Marc Bloch, *Introdução à História*, Lisboa, Publ. Europa-América, 1963, p. 43: "Se eu fosse antiquário, só teria olhos para as coisas velhas. Mas sou um historiador. É por isso que amo a vida".

⁹ Cf. António Barreto, "Autonomia regional, descentralização e limites ao poder político: reflexões sobre o caso açoriano", in *Análise Social*, Quarta Série, vol. XXIX, números 125-126, 1994, 1º-2º, pp. 267-286.

Há trinta anos atrás, segundo o recenseamento de 1964, 51% da população activa do arquipélago encontrava-se ainda ligada ao sector primário. Hoje, segundo o último recenseamento, só 18,7% dela se encontra nesse sector. O sector secundário, por sua vez, em 1964, que ocupava 12,4% da população, presentemente, ascende aos 25% e o sector terciário que contava 36,6%, nos nossos dias, absorve 56,3%¹⁰. Esses números comprovam que a aposta na pecuária pôde dispensar mão-de-obra, e que a terciarização da economia pôde ocupar parte dessa mão-de-obra, sobretudo no funcionalismo público, após a Revolução de 25 de Abril de 1974 e a implantação do regime autonómico permitindo que as cidades do arquipélago tivessem absorvido população libertada pelo sector primário¹¹.

Quanto à produção de riqueza, nos nossos dias, o sector primário participa com 22%, o secundário com 28% e o terciário com 50% no Produto Regional (números relativos ao ano de 1992). Todavia, nos últimos vinte anos, apesar da indubitável melhoria das condições de vida no arquipélago, o PIB per capita nos Açores é ainda 58% da média nacional e ronda apenas 40% da média europeia. Para lutar contra este quadro de dificuldades, tem-se defendido a necessária modernização da agricultura como fonte de prosperidade, falando-se do emparcelamento, dos caminhos de penetração, da construção de estábulos com electricidade e água canalizada, e de formação contabilística e agronómica para os lavradores. Mas, segundo o último recenseamento agrícola, 27% desses eram analfabetos e 58,4% tinham mais de 50 anos. De resto, como no passado, a realidade agrícola insular ainda continua caracterizada pelo excessivo parcelamento, pela preponderância do trabalho familiar e, sobretudo, pela má divisão da propriedade - 50% das explorações ocupam 3,6% da superfície agrícola útil, enquanto 8% ocupam 17% e apenas 5% delas ocupam 47% da área total!

Para se lutar contra as dificuldades económicas dos Açores, tem-se também defendido a necessária aposta do turismo, como fonte de desen-

¹⁰ AA.VV., *A agricultura açoriana. Realidades e Perspectivas*, Ministério da Economia, Secretaria de Estado da Agricultura, Junta de Colonização Interna, 1970, Quadro XIII.

¹¹ Cf. Mário Fortuna, *Economia Açoriana: análise e perspectivas*. PAGE, Universidade Católica de Lisboa, 1996, p. 17: "O crescimento da taxa da actividade deveu-se à participação cada vez maior da mulher no mercado de trabalho, fenómeno que foi facilitado pela expansão da área dos serviços".

volvimento e criação de riqueza, falando-se da modernização das ilhas através da criação de unidades hoteleiras, que, por efeitos de arrastamento, contribuam para aumentar os postos de trabalho e para fomentar o desenvolvimento. Mas, segundo os últimos dados estatísticos, o número de turistas (nacionais e estrangeiros) tem crescido pouco quedando-se, neste momento, pelas 150 mil pessoas/ano¹². A oferta turística regional continua caracterizada por unidades de pequena dimensão, não ultrapassando as cinco mil camas.

Não há dúvidas, no entanto, de que, ao contrário do passado, os recursos financeiros do arquipélago têm aumentado substancialmente, nos últimos anos. A região recebe, anualmente, transferências do Orçamento Geral do Estado, transferências de fundos nas rubricas Custos de Insularidade e Investimento do Plano, Receitas da tributação fiscal e Transferências da União Europeia a título de programas comunitários – POSEIMA, FEDER, FEOGA, FSE. Vive-se, agora, nas ilhas dos Açores, francamente, melhor do que no passado¹³.

Distribuído por uma área de 2 333 km², o arquipélago comporta, no presente, uma população de 239 190 habitantes. No passado, como se sabe, houve épocas de maior população. Por exemplo, em 1890, a população ascendia a 255 594 habitantes, em 1911, a 242 565, em 1940, a 286 854...¹⁴

Porém, contrariamente ao passado, apesar das receitas do arquipélago serem mais significativas, a sua distribuição mais equitativa e o números de habitantes menor, os açorianos passaram a interiorizar o seu atraso económico, admitindo que as dificuldades do seu desenvolvimento radicam na distância dos mercados, no "drama insularidade" e na falta de eficiência da sua economia¹⁵. No passado, quando a população era maior e os recursos mais escassos, terão os açorianos ou, pelo menos, as suas elites também sentido essa inferioridade e esse sentimento de atraso? Para

¹² Cf. Ana Isabel Moniz, *O turismo nos Açores. Estudo sobre a oferta de alojamento turístico*, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1996, Anexo 8, p. 132.

¹³ Cf. António de Sousa Franco, "Políticas económicas e financeiras. O quadro estrutural e institucional", in *a Autonomia no Plano Económico, Actas do Congresso sobre o I Centenário da Autonomia nos Açores*, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1995, vol. IV, pp. 11-12.

¹⁴ Cf. *X Recenseamento da População*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, 1964.

¹⁵ Cf. António Barreto, "Autonomia regional e descentralização: o caso açoriano", *op. cit.*, p. 268.

apenas citar os historiadores antigos de maior renome, Gaspar Frutuoso, pai da historiografia açoriana, nas suas *Saudades da Terra*, descreve a riqueza agrícola micalense e "destaca ao mesmo tempo a especificidade açoriana, a correlação com os demais arquipélagos da Macaronésia e o envolvimento nas dinâmicas do Atlântico"¹⁶. Da mesma forma, Frei Diogo das Chagas no *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores*¹⁷ e António Cordeiro em *História Insulana das ilhas a Portugal Sugeytas no Oceano Occidental (1717)*¹⁸ enaltecem as virtudes da terra e das gentes açorianas. Tanto quanto nos parece, apenas no decurso do século passado, se começaram a generalizar as críticas dos homens de negócios e da imprensa à gestão do reino e das ilhas. Entre os homens de negócios, Nicolau Raposo do Amaral, por exemplo, refere-se a esta ilhas como "terras de degredo"¹⁹, Salomão Bensaúde compara-as às costas africanas, pelo escândalo do tráfico ilegal de passageiros para o Brasil²⁰, e José Bensaúde insurge-se contra o Estado português, pela obsolescência das suas leis e pela discriminação legislativa votada aos açorianos²¹. Entretanto, os jornalistas, ora criticam o atraso português porque arrasta, irreversivelmente, consigo os distritos insulares, ora criticam o atavismo e a inércia dos autóctones por não saberem salvaguardar os seus interesses. Contemporâneos do fomento material regenerador e tendo feito geralmente estudos superiores na Universidade de Coimbra, esses jornalistas

¹⁶ Avelino de Freitas de Meneses, "A Historiografia Açoriana: a problemática da identificação e a participação da Universidade", in Alberto Vieira (dir.), *Guia para a História e investigação das Ilhas Atlânticas*, Região Autónoma da Madeira, 1995, p. 19; Gaspar Frutuoso, Livro IV das *Saudades da Terra*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1º tomo, 1977, 2º tomo, 1981, 3º tomo, 1987.

¹⁷ Edição e Prefácio de Artur Teodoro de Matos, S.R.E.C., DRAC, Universidade dos Açores, 1989.

¹⁸ Edição da Região Autónoma dos Açores, S.R.E.C., 1981.

¹⁹ Cf. Carlos Cordeiro, "Relações comerciais de Nicolau Maria Raposo com o Brasil (1775-1784)", in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLII, Angra do Heroísmo, 1985.

²⁰ Fátima Sequeira Dias, *Uma estratégia de sucesso numa economia periférica. A casa Bansaúde e os Açores, 1800 - 1873*, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1996, p. 291.

²¹ Fátima Sequeira Dias, *A Fábrica de Tabaco Micalense, 1866-1995*, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1995, pp. 23-24 e Idem, "Uma abordagem à estratégia comercial da F.T.M. durante a gerência de José Bensaúde (1866-1922)", in *Arquipélago-história*, 2ª série, II, 1997, pp. 281-312.

vão pugnar pela necessária construção de infra-estruturas nas ilhas, demonstrando conhecer, não só os escritos de Eça de Queirós, de Antero de Quental e de Ramalho Ortigão sobre o estado de decadência nacional, como também os grandes temas de discussão e de interesse internacional. Aliás, reveladora desse conhecimento é a tese de doutoramento, intitulada *Os Direitos dos Operários*, defendida em Coimbra, em 1870, por Caetano de Andrade Albuquerque, filho da elite terratenente micalense, futuro Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada (1890), director político do "Correio Micalense", deputado nas Cortes, na legislatura de 1881, Par do Reino, a partir de 1893, e ainda, entre outras muitas funções desempenhadas, Procurador pelo concelho de Ponta Delgada à primeira Junta Geral Autónoma de Ponta Delgada, em 1895²².

Apesar da constatação do "atraso" insular pela *intelligentzia* oitocentista, a historiografia tradicional insiste em apresentar os "ciclos" agrícolas do arquipélago como responsáveis por períodos de grande prosperidade. Assim, ao "ciclo" do trigo no séculos XV e XVI, seguiu-se o do pastel no século XVII, o do trigo, novamente, no século XVIII, depois, o do milho e o da laranja, no século XIX, e o do ananás e do gado bovino, no século XX²³. Durante esses ciclos, a sociedade micalense terá vivido sob o signo da riqueza e do cosmopolitismo. Mas, perguntamos nós, quem terão sido os seus beneficiários - a elite económica, graças à exportação dos produtos para os mercados de consumo, ou a população do arquipélago, graças à expansão do sector exportador?

Como se aplicaram as receitas da exportação agrícola? No incremento da construção de infra-estruturas? Na promoção do consumo? No fomento da alfabetização?

Observando o comportamento da economia durante o "ciclo" da laranja, o ciclo melhor conhecido por nós, verifica-se que uma parte dos

²² Cf. M. Jacinto Andrade, *Políticos Açorianos. Nótulas Biográficas*, Jornal de Cultura, Ponta Delgada, 1996, 1º vol., pp. 14-16.

²³ Cf. Maria Olímpia da Rocha Gil, *O arquipélago dos Açores no século XVII. Aspectos sócio-económicos (1575-1675)*, Castelo Branco, 1979; Avelino de Freitas de Meneses, *Os Açores nas encruzilhadas de Setecentos (1740-1770)*, II Economia, Universidade dos Açores, 1995; Maria Isabel João, *Os Açores no século XIX. Sociedade e Movimentos Autonomistas*, Lisboa, Ed. Cosmos, 1991; Fátima Sequeira Dias, *Uma estratégia de sucesso numa economia periférica. op. Cit.*; Carlos Enes, *A Economia Açoriana Entre as Duas Guerras Mundiais*, Lisboa, Ed. Salamandra, 1994.

rendimentos provindos da sua exportação foi investida na construção da doca de Ponta Delgada (por exigência da legislação promulgada)²⁴, enquanto a parte restante foi investida nas próprias quintas, na construção de palácios, na plantação de jardins botânicos, na aquisição de muitos artigos de luxo, na realização de inúmeras viagens ao estrangeiro, na decisão de prolongar as estadas de lazer fora da ilha... Em suma, os lucros da laranja permitiram esse comportamento de feição perdulária, não impedindo, contudo, também um certo investimento produtivo, como a investigação histórica em curso tem demonstrado²⁵. À semelhança da elite agrária alentejana, em oitocentos, também a elite agrária micalense parece ter feito tudo quanto era possível fazer-se no tempo, ou seja, participou nas associações comerciais e agrícolas, colaborou na imprensa, desempenhou funções políticas, fundou caixas de crédito, aceitou a agência de bancos e de companhias seguradoras, investiu em imobiliário, inovou nas suas propriedades agrícolas²⁶... No entanto, como hoje sabemos, nada disso foi suficiente.

Se os lucros da exportação reverteram para quem produzia a laranja e, sobretudo para quem a comercializava, vai assistir-se, durante este período, indiscutivelmente, por incremento da iniciativa privada, a um surto do consumo entre as famílias insulares e, por incremento dos governos regeneradores, à criação legal de numerosas escolas primárias nos distritos açorianos.

A questão está em saber-se, porém, até que ponto o surto de consumo se terá generalizado fora dos circuitos da economia monetária, ainda localizada nos locais de maior actividade marítima e comercial²⁷, com particular relevo nas cidades de Ponta Delgada, Horta e Angra do

²⁴ Cf. Lei de 9 de Agosto de 1860 e o Anexo à *Pauta Geral das Alfândegas*, de 6 de Julho de 1882.

²⁵ Sacuntala de Miranda, *O ciclo da laranja e os "gentlemen farmers" da ilha de S. Miguel, 1780-1880*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1989 e Fátima Sequeira Dias, "A importância da 'economia da laranja' no arquipélago dos Açores durante o século XIX", Separata da revista *Arquipélago*, revista da Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1995, pp. 189-240.

²⁶ Cf. Helder Adegar da Fonseca, *O Alentejo no século XIX. Economia e atitudes económicas*, op. cit.

²⁷ Cf. Fátima Sequeira Dias, *Uma estratégia de sucesso numa economia periférica*, op. cit.

Heroísmo, assim como saber-se até que ponto as escolas criadas entraram, efectivamente, em funcionamento²⁸.

A investigação histórica tem-nos revelado que a dita prosperidade nunca se terá generalizado à população, não se conseguindo quebrar, desta forma, com as inércias e com os atavismos tradicionais. Esses ciclos de prosperidade, assentes na vitalidade do sector agro-exportador, não conseguiram acabar, por isso, com os fenómenos de *dualismo* que caracterizam todas as sociedades não desenvolvidas. Face aos "enclaves de modernidade", representados pelas moradias e pelas propriedades dos morgados e da *burguesia compradora* local, vai persistir a rotina e a tradição nos hábitos e nos comportamentos da maioria da população açoriana, que nunca deixou de viver ao ritmo fatalista do pulsar agrícola. Face à hegemonia crescente da ilha de S. Miguel, através do seu porto de Ponta Delgada, placa giratória do comércio insular, desde o século XIX, pela sua integração na economia do Atlântico e pelo seu rico *hinterland* agrícola, as demais ilhas vão sendo atiradas, gradual mas irreversivelmente, para uma crescente perifericidade, sem qualquer possibilidade de receberem, por efeitos de arrastamento, as possíveis vantagens adquiridas na ilha de S. Miguel, pois a divisão distrital, encerrando-as nas apertadas fronteiras administrativas, vai impedir uma possível divisão regional do trabalho. A título de exemplo, recorde-se que o livre trânsito de mercadorias, no arquipélago e deste com o continente, era proibido pelo regime de cabotagem em vigor, apenas sendo abolido pelo lei de 5/70, de 6 de Junho²⁹!

A coexistência de dois modelos de organização económica e social – que, por facilidade de terminologia, designamos por *dualismo*, sem contudo, empregarmos o seu conceito numa significância marxista - motivou dois sistemas de organização antagónicos: um moderno, importado, e outro tradicional, autóctone, no interior da mesma região. Ora, enquanto instrumento operatório, vamos inventariar algumas das manifestações dessa coexistência de fenómenos de modernidade com fenómenos de arcaísmo, ao longo da história do arquipélago, com particular incidência para os conhecidos durante a "economia da laranja"³⁰

²⁸ Cf. *Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos Districtos Administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1859 a 1870.

²⁹ Cf. Fátima Sequeira Dias "Alfândegas nos Açores, séculos XIX e XX", in *Enciclopédia Açoriana* (no prelo).

³⁰ Cf. Gérard Grellet, *Structures et stratégies du développement économique*, Paris, Puf, 1986, pp. 152-161; Celso Furtado, *L'Amérique Latine*, Paris, Ed. Sirey, 1970, p. 260.

Recuemos ao século passado. Durante oitocentos, o *dualismo* da sociedade insular manifestou-se pela dicotomia entre a preservação de uma economia agrícola, absorvendo a maioria da população, e uma débil vivência citadina encerrada nos insignificantes pólos de economia urbana, localizados Angra, elevada a cidade em 1534, Ponta Delgada, elevada a cidade em 1546, e Horta, elevada a cidade em 1833. A vivência urbana, porque atingindo poucos habitantes, e porque encurralada em apertadas limitações onde as ligações marítimas eram mais frequentes do que as terrestres por falta de comunicações, nunca conseguiu impor, assim, o seu modelo aos campos.

A cidade de Ponta Delgada, com os seus quase quinze mil habitantes, ficava colocada em oitavo lugar no universo urbano português, então composto por 35 cidades, não possuindo, assim, capacidade para exercer duradouros "efeitos de demonstração" sobre a população micalense, considerada a mais dinâmica e empreendedora do arquipélago³¹.

A cidade de Ponta Delgada vai manter-se como uma cidade de reduzida dimensão até aos nossos dias, apesar de continuar a ser a mais populosa do arquipélago. A fraca importância do sector secundário (a principal estrutura industrial do arquipélago concentra-se no interior da cidade de Ponta Delgada) e a diminuta representação do sector terciário, dominado pelo comércio retalhista, onde a dimensão média dos estabelecimentos é inferior às 5 pessoas, apenas com a excepção de um estabelecimento com mais de cem pessoas, traduzem a escassa expressão do modelo urbano no arquipélago, característico das sociedades pré-industriais. Recorde-se, porém, que, quase até aos nossos dias, essa tradição rural se constatou entre a população portuguesa, como demonstrou Vitorino Magalhães Godinho³².

A coexistência de dois modelos de organização económica diferentes manifesta-se também na prática agrícola, pois face a uma agricultura

³¹ Olivier de Ceinemar, *Les Açores*, (1878), p. 1263: "la population du Punta-Delgada diffère essentiellement de celle des autres villes des Açores. Le sang est plus vif, et l' on ressent sur ses quais quelque chose que rappelle l' indéfinissable sensation causée par le bruit des villes industrielles ou par l' agitation de nos boulevards. Les habitants habilement dirigés para leur municipalité, ne perdent pas leur temps dans la paresse ou dans les efforts d' un travail improductif".

³² Cf. Vitorino Magalhães Godinho, *A estrutura da antiga sociedade portuguesa*, (1971), Lisboa, Arcádia, 1977, 3ª ed., p. 154, 169, 181-182 e Damião Peres (dir.), *História de Portugal*, Barcelos, Portucalense Editora, 1934, vol. VII, pp. 612-613.

rotineira, tradicional, destinada ao auto-consumo, desponta uma agricultura moderna, com algum capital intensivo, destinada à exportação. Dois ritmos agrícolas paralelos com vivências, contudo, diferentes. As terras com culturas destinadas à exportação - a laranja³³ e o ananás³⁴ - beneficiam de benfeitorias e de um laborioso cuidado no seu tratamento. No entanto, a riqueza e a prosperidade agrícolas insulares sempre assentaram, em suma, na riqueza dos terrenos, na benignidade do clima e, sobretudo, na abundância e baixo custo do factor trabalho³⁵. Pela abundância de população existente, o custo do trabalho agrícola terá sido sempre muito baixo, razão pela qual nas épocas de rarefacção da mão-de-obra, motivada pelas vagas de emigração, o preço das jornas aumenta, abandonando os proprietários a sua exploração, por já não ser remuneratória³⁶.

As terras com culturas destinadas ao autoconsumo, quase sempre tomadas de renda, com contratos de curto prazo, forneciam, dificilmente, o sustento às numerosas famílias de rendeiros³⁷. As descrições sobre a pobreza dessas famílias e a dos assalariados agrícolas confirmam que a pobreza nunca chegou a ser erradicada da ilha mais agrícola e mais rica do arquipélago³⁸.

Paralelamente ao levantamento qualitativo das manifestações dessa pobreza nas ilhas, com particular incidência na ilha de S. Miguel, iniciou-se também um projecto de trabalho quantitativo, baseado na recolha da

³³ Cf. Fátima Sequeira Dias, "A importância da 'economia da laranja' no arquipélago dos Açores durante o século XIX", Separata da Revista *Arquipélago*, Revista da universidade dos Açores, Série História - In *Memoriam Maria Olímpia da Rocha Gil*, Ponta Delgada, vol. II, 1995, pp. 189-240.

³⁴ Fátima Sequeira Dias, "Ananás" in *Enciclopédia Açoriana* (no prelo).

³⁵ Cf. Fátima Sequeira Dias, "A decadência da 'economia da laranja' e o despontar do ideal autonomista na ilha de S. Miguel no século XIX", *Separata das Actas do Congresso do I Centenário da Autonomia dos Açores*, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1º vol., 1995.

³⁶ Cf. José Maria Matias, "Emigração e desemprego na economia açoriana antes e depois da instauração da autonomia" in *Actas do XVII Encontro da APHES*, Universidade dos Açores (no prelo).

³⁷ Cf. F. Fouqué, "Voyages géologiques aux Açores", Extrait de la *Revue des deux mondes*, 15 Abril, 1873, pp. 18-19; Aurélio Marcos Pereira, *S. Miguel do ponto de vista agrícola*, op. cit., p. 100.

³⁸ Cf. Sacuntala de Miranda, *Quando os sinos tocavam a rebate*, Lisboa, Salamandra, 1997 e Fátima Sequeira Dias, "A decadência da 'economia da laranja'..." op. cit., pp. 129-133.

estatura declarada pelos mancebos açorianos, aquando da inspecção militar. Esta metodologia, conhecida por Antropometria, que relaciona a altura média dos mancebos com o seu tipo de alimentação e com as doenças características do seu meio, permitir-nos-á comparar as diferenças de estatura entre os diversos concelhos e entre as ilhas, bem como com as diferenças obtidas entre as diversas províncias portuguesas e as regiões estrangeiras. Esta investigação, ainda que restrita à população masculina, vai permitir calcular a altura média dos açorianos, ao longo das gerações, e permitir detectar os períodos de maiores dificuldades económicas ressentidas pela população³⁹.

Essas dificuldades explicam, sem eufemismos a grande vaga emigratória da segunda metade do século XIX, quando a descida dos fretes da navegação e a exploração dos Novos Territórios apelaram por mão-de-obra. Então, a população dos Açores, ainda que em termos populacionais mais não representasse do que 5,7% no total da população portuguesa (dados relativos ao ano de 1878), sempre figurou com uma participação superior aos 10% nos contingentes emigratórios portugueses, entre os anos sessenta e oitenta, ainda que com picos nos anos de 1873 (participando com 18%), de 1874 (com 17,7) e de 1877 (com 19,8%)⁴⁰. Nos inícios do século XX, entre 1902 e 1916, a emigração micalense sempre foi superior à média nacional⁴¹.

O custo social inerente a essa devastadora emigração ficou magistralmente documentado, não apenas no famoso quadro de Domingos Rebelo, "Os emigrantes", como também na correspondência comercial de Salomão Bensaúde, quando este compara o tráfego de emigrantes açorianos ao tráfico negreiro na costa africana, e ainda nas *Farpas* de Ramalho Ortigão, quando este refere o fazendeiro paulista que solicita ao contratador que lhe envie uma "ilhoa roliça e trigueira". A denúncia da imprensa oitocentista aos excessos dos engajadores não era suficiente porém para demover quantos haviam decidido partir, tal era a miséria em que viviam⁴².

³⁹ Cf. Jaime Reis, "How poor was the European periphery before 1850?", in *Actas do XVII Encontro da APHES*, Universidade dos Açores (no prelo).

⁴⁰ Com base em Maria Isabel João, *Os Açores no século XIX...*, *op. cit.*, pp. 184 e 186.

⁴¹ Aurélio Marcos Pereira, *A ilha de S. Miguel sob ponto de vista agrícola*, *op. cit.*, p. 91.

⁴² Cf. *Almanach do povo açoriano para 1876*, Ponta Delgada, Tpy. da Chronica dos Açores, 1875, pp. 11-12: "Mas o povo quer trabalho e recusam-lhe./ Mas o jornaleiro ou operário não ganha para manter-se, e muito menos para sustentar as famílias (...)".

Também no decurso da segunda metade do século XX, as dificuldades económicas explicam, de novo sem eufemismos, a grande vaga emigratória açoriana⁴³.

Contudo, pode dizer-se que as ilhas dos Açores sempre tinham sido terras de emigração desde os alvares do século XV. A Madeira e os Açores eram terras de "passagem", enquanto não se emigrava para terras onde a terra ainda estivesse disponível...⁴⁴ Terra em sentido real, como factor de produção. Terra em sentido figurado, como potenciadora de factor trabalho.

Graças a essas sucessivas vagas emigratórias, várias "revoluções silenciosas" (termo tomado de empréstimo a Monteiro da Silva) foram permitindo, quanto a nós, a sobrevivência da sociedade insular sem a necessária introdução de medidas estruturais de desenvolvimento integral e harmonioso das ilhas, com a finalidade de erradicar, definitivamente, a pobreza. Não era, certamente, apenas o proprietário Eugénio Athayde da Câmara Velho de Mello Cabral, na Relva, nos anos trinta do nosso século, o único a decidir não mecanizar as suas propriedades pela abundância de mão-de-obra sub-empregada nos campos, suplicando por trabalho⁴⁵.

A pobreza alastrava-se sempre na ilha de S. Miguel, quando a emigração se encontrava encerrada⁴⁶.

⁴³ Cf. Gilberta Pavão Nunes Rocha, *Dinâmica populacional dos Açores no século XX. Unidade. Permanência. Diversidade*, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1991, cap. VI.

⁴⁴ Vitorino Magalhães Godinho, *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*, op. cit., pp. 45-51; Avelino de Freitas de Meneses, "O giro das gentes: migrações açorianas nos espaços insular e metropolitano em meados do século XVIII", in *Ler História, Açores peças para um mosaico*, nº 31, 1996, pp. 69-82; Maria Norberta Amorim, "Emigração e envelhecimento: evolução de três paróquias do sul do Pico em 1680 e 1980", in *O Faial e a Periferia Açoriana nos séculos XV a XIX*, Núcleo Cultural da Horta, 1995, pp.319-333; Maria Beatriz Nizza da Silva, "Família e emigração: açorianos no povoamento e defesa do Extremo Meridional do Brasil: o caso do Rio Grande do Sul", in *Ibidem*, pp. 373-387; Gilberta Pavão Nunes Rocha, "A emigração na ilha do Faial nos finais do século XIX", in *Ibidem*, pp. 407-422.

⁴⁵ Cf. *Alguns anos de trabalho na Ilha de S. Miguel nos campos agrícola, político, económico e social*. Relatório Final do curso de Engenheiro Agrónomo, Instituto Superior de Agronomia, 1938, (dactilografado), p. 64: "Dois pensamentos devem guiar a acção das classes ricas que se preocupam com o destino da terra que lhes deu vida, em prol da colectividade: um, é criar trabalho; o outro, é prestar caridade à indigência"; p. 87: "A falta de trabalho tornou-se um facto insofismável e com ele a fome a bater à porta de muitos lares (...)/Com este fim bani completamente todas as máquinas, para assim ocupar muitos mais braços. A debulha de milho, feita à mão, ocupa centenas de pessoas a mais".

⁴⁶ Cf. Carlos Enes, *A economia açoriana entre as duas guerras...*, op. cit.

A permanência e a coabitação dos dois ritmos agrícolas citados também contribuíram para duas atitudes e dois comportamentos distintos entre a população. Aqueles que produziam para si (ainda que nem sempre alcançando o objectivo de auto-consumo) tinham um modo de sentir local e uma atitude fatalista perante a vida. Encontravam-se fechados sobre si mesmos, caíndo com facilidade nas teias da miséria. Os outros, aqueles que produziam para o mercado, pelo contrário, fruto das mais-valias alcançadas, adquiriam uma atitude e um comportamento cosmopolita. Recorde-se a surpresa de quantos visitaram a ilha de S. Miguel, ao longo do século XIX, perante os hábitos de convívio, o bom-gosto e o urbanismo dos grandes senhores fundiários - *os gentlemen farmers* - descritos por Sacuntala de Miranda⁴⁷. Mas nem todos os senhores fundiários se assumiam como *gentlemen farmers*, porquanto o absentismo vingava entre muitos dos principais detentores da terra. Bulhão Pato, por exemplo, surpreendia-se pela riqueza de alguns desses senhores que só de rendas recebiam, todos os anos, vinte contos de réis⁴⁸.

Se "viver de rendimentos" era signo de distinção e de riqueza, pela proximidade ao "modelo de ócio" aristocrático, também pressupunha, afinal, que continuava a vingar uma organização tradicional da sociedade, sem lugar para a afirmação do mérito e da ética do trabalho - os princípios fundamentais da organização capitalista da produção e, neste sentido, as "virtudes" promotoras do arranque económico assente na actividade industrial das sociedades contemporâneas⁴⁹.

Muitos dos que detinham rendimentos provindos da terra acabavam por viver parte do ano e, por vezes, muitos anos e até toda a vida, fora da sua terra natal, ainda que os rendimentos gozados fossem dela provenientes. Vivia-se em Lisboa, em Paris, em Londres... A título de exemplo, as viagens do conde Jácome Correia, de José do Canto, de António Borges⁵⁰... Aliás,

⁴⁷ Sacuntala de Miranda, *O ciclo da laranja e os "gentlemen farmers"*, *op. cit.*

⁴⁸ Bulhão Pato, *Dos Açores. Cartas*, Ponta Delgada, Typ. Voz da liberdade, 1868.

⁴⁹ Cf. Lawrence Stone e Jeanne C. Fawtier Stone, *An open elite? England 1540-1880*, Oxford University Press, 1986; Paulo Langford, *A Polite and Commercial People, England, 1727-1783*, Oxford Press University, 1992.

⁵⁰ *Cartas particulares de José do Canto a José Jácome Correa e Conde Jácome Correia, 1840 a 1893*, Ponta Delgada, Tpy. Diário dos Açores, 1915; Morgado José Caetano, *Diário de Viagem*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1978; Fernando Aires de Medeiros Sousa, *José do Canto. Subsídios para a História Micaelense, (1820-1898)*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1982.

durante o século passado, a elite local - a tradicional e a dos negócios - parece ter viajado continuamente. Veja-se, a propósito, a obrigação estatutária dos sócios Bensaúde visitarem, uma vez por ano, os fornecedores ingleses, as viagens incessantes da família Hayes à Inglaterra⁵¹ e as estadias prolongadas de José Bensaúde, industrial de sucesso na ilha, que construiu a sua fortuna apenas numa geração, na Alemanha, onde os filhos estudavam. Eram os negócios que impunham essas deslocções permanentes ou, pelo contrário, era o conservadorismo da praça, a ausência de competição, que permitiam a ausência prolongada dos seus patrões, sem que os negócios se ressentissem?

Nesse sentido, grande parte dos patrões micaelenses, à semelhança da elite nacional, gozava e aplicava parte importante dos rendimentos das suas propriedades noutros destinos, ignorando as incertezas e as dificuldades dos seus rendeiros e da mão-de-obra que empregava. Mas, o facto de parte dessa elite ser absentista e de necessitar da transferência das suas rendas para o exterior, terá motivado, em contrapartida, quebras na tradicional organização social, espartilhada entre os que tinham muitas terras e os que não tinham terras nenhuma. De notar, contudo, que a opção pela vida urbana também implicava uma ruptura com o modelo rural e a possibilidade de enveredar por profissões ligadas à navegação e comércio marítimos, motivando, de igual modo, fissuras no tecido social tradicional.

Certamente, de entre os que viviam dos seus rendimentos e os que viviam do seu trabalho, como jornaleiros agrícolas, pequenos rendeiros e artesãos, terá emergido, de forma progressiva, um grupo social autónomo - os contratadores, os feitores agrícolas, os pequenos comerciantes rurais e urbanos que se tornaram os agentes privilegiados de modernização e de inovação económicas nas ilhas, porque esses homens queriam beneficiar (beneficiar rapidamente, se possível) com a posição intermédia que ocupavam na sociedade agrícola local. Com base na gestão das propriedades dos outros, esses homens, partindo da sua própria iniciativa, espelham a verdadeira dinâmica do capitalismo.

Interessa indagar, então, onde eram recrutados esses contratadores, esses feitores, esses contabilistas, esses pequenos comerciantes, esses caixeiros. Qual era a sua formação? Qual a sua ligação familiar e social aos senhores fundiários? De que forma, enfim, se afastavam, irreversivelmen-

⁵¹ Fátima Sequeira Dias, "Acontecimentos notáveis: Ponta Delgada nos finais do século XIX", in *O Estudo da História*, revista da A.P.H., nº 2, 1997, pp. 299-311.

te das camadas populares a caminho de uma "notabilidade" local, adquirida com o desempenho da actividade terciária⁵²?

Nesse sentido, interessa perceber como foram emergindo os diversos surtos empresariais nas ilhas. Quem têm sido os empresários de sucesso - homens de fora ou homens aqui nascidos? Como têm enriquecido? Por que motivo têm procurado a "notabilidade" como forma de reconhecimento social, mesmo antes da terceira geração?

Suspeitamos que algumas dessas respostas exigem que remontemos ao povoamento das ilhas, o que obriga a uma aprofundada e renovada investigação nas fontes históricas disponíveis. Por volta dos anos quarenta de quinhentos, ter-se-ão constituído duas classes sociais com base na posse da terra - a dos possidentes e a dos não possidentes. Nesse tempo, era a propriedade da terra que distinguia e diferenciava os indivíduos, quando mais de 80% da população se encontrava ligada à actividade agrícola, como em todas as sociedades do Antigo Regime. As terras insulares tinham sido distribuídas, doadas em sesmarias, a pequenos nobres da corte portuguesa com a obrigação de as explorarem⁵³. A ilha de S. Miguel, a maior dos Açores, foi aquela onde, talvez por ser a de maior extensão, a propriedade ficou mais concentrada, erguendo-se a grande propriedade. Desde essa altura, ela vai manter-se, e até crescer ao longo das gerações, pela política dos morgadios, pela generalização dos vínculos, pela preservação da endogamia nas estratégias matrimoniais das famílias possidentes⁵⁴. O registo do vínculos, decretado por Pombal, constitui uma fonte indispensável para se conhecer a importância da concentração da propriedade fundiária na ilha de S. Miguel.

Também a investigação levada a cabo com base nas escrituras notariais e nos inventários orfanológicos tem-se revelado preciosa para medir e quantificar, numa primeira fase, a constituição do património da elite micaelense e, numa fase posterior, as suas estratégias de sociabilidade e de notabilidade. Confrontar o modelo aristocrático insular com os das eli-

⁵² Cf. Fátima Sequeira Dias, "Clemente Joaquim da Costa - o homem, o empresário e o notável", in *População e Sociedade* (no prelo).

⁵³ Cf. J. Marinho dos Santos, *Os Açores nos sécs. XV e XVI*, Angra do Heroísmo, SREC, DRAC, 1979, 2 vols.

⁵⁴ Cf. Arruda Furtado, *Materiaes para o estudo antropológico dos povos Açoreanos*, Ponta Delgada, 1884, p. 12; Aurélio Marcos Pereira, *A ilha de S. Miguel sob ponto de vista agrícola*, ISA, 1919, pp. 98-100.

tes nacionais e estrangeiras poderá suscitar grandes surpresas na semelhança dos comportamentos e das estratégias perseguidas, revelando que as ilhas e as suas elites se encontravam integradas nas grandes correntes culturais do Atlântico⁵⁵.

Então, voltamos à questão anterior. Face à expansão do património fundiário, como conseguir quebrar as amarras, tendo nascido fora do grupo possidente? Como explicar o enriquecimento de quem não nasceu rico, sobretudo pela ausência dos valores puritanos da disciplina, da contenção, da parcimónia, da ética calvinista do trabalho, do mérito pessoal - as virtudes enaltecidas e incentivadas em todas as regiões, hoje, desenvolvidas?⁵⁶

A pergunta, afinal, continua a ser a mesma: quem têm sido os novos ricos, os *self-made-men* dos Açores, os de ontem e os de hoje, os que abriram lojas de comércio, hospedarias e casas de pasto, os que fundaram as fábricas, os que estabeleceram as companhias comerciais, os que abriram os bancos e as seguradoras? Quem são esses homens que, quase sempre sem nome de família, sem tradição e sem sangue aristocrático, face aos que herdaram riquezas acumuladas ao longo de gerações, têm construído o seu próprio futuro? É necessário identificá-los e calcular o seu contributo para o comparar ao da elite tradicional. A introdução da Cliometria e o recurso aos contra factuais na historiografia açoriana virá permitir a construção de um modelo susceptível de medir o seu impacto na História Local, pois, supomos que a sua contribuição terá sido muito importante para o dinamismo da economia insular em todas as épocas, apesar da tradição historiográfica continuar a enaltecer apenas o contributo da elite tradicional.

Não terão sido esses empresários, sem medo de criar e de arriscar, aqueles que têm gerado a principal riqueza no arquipélago? Escusado será dizer que nos encanta perseguir os percursos extraordinários desses homens invulgares - fundadores de dinastias, promotores do progresso, criadores de riqueza...

⁵⁵ Cf. Nuno Gonçalo P. F. Monteiro, *A casa e o património dos grandes portugueses (1750-1832)*, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1995 (tese de doutoramento dactilografada) e Nuno Luís Madureira, *Lisboa. Luxo e Distinção*, Lisboa, Ed. Fragmentos, 1990.

⁵⁶ Cf. Max Weber, *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, Lisboa, Ed. Presença, 1983; Alain Peyrefitte, *O milagre em economia*, (1995), Lisboa, Gradiva - Universidade de Aveiro 1998.

Mas quem eram esses empresários? Em todas as épocas, sabemos da existência de estrangeiros no importante sector *export-import*, porque sabendo línguas estrangeiras, porque tendo contactos em numerosas praças internacionais, porque sabendo o verdadeiro valor das moedas, porque conhecendo a importância dos produtos, o negociante estrangeiro acaba por dominar os circuitos do grande comércio internacional, aquele que motiva as maiores mais-valias⁵⁷. Não terá sido, assim, durante os ciclos do pastel, do trigo, do milho e da laranja?

Mas, quanto a nós, não terão sido apenas esses estrangeiros que compravam a produção local, que a transportavam em barcos por si fretados e que, finalmente, a distribuíam pelos canais por si dominados, pois não acreditamos que todos os terratenentes locais fossem demasiado importantes para não se interessarem por tais actividades e também não acreditamos que todos os comerciantes locais fossem demasiado pequenos para não poderem competir com os comerciantes de fora. Os percursos dos negociantes estrangeiros têm sido os mais estudados, porque têm suscitado maior curiosidade, mas não nos parece, definitivamente, que tenham sido os únicos a participarem nos dividendos do comércio de grosso trato, sobretudo porque nem todos os exemplos conhecidos obtiveram sucesso⁵⁸.

As casas exportadoras de fruta, surgidas a partir dos anos quarenta do século passado, constituem um bom exemplo da tentativa dos proprietários locais se tornarem empresários para escaparem ao poder da *burguesia compradora*. É revelador investigar quais os protagonistas do grande comércio *import-export*, através dos registos da navegação nas principais alfândegas insulares. O estudo está feito para o século XIX até aos anos cinquenta. Falta estudar o período económico posterior.

Também os escassos exemplos documentados da rivalidade entre os comerciantes de fora e os comerciantes estabelecidos atestam a fraca conflitualidade entre as duas comunidades e a procura de um certo ideal de convivência e de solidariedade entre eles, com o tempo estabelecidos⁵⁹.

⁵⁷ Fernand Braudel, *A dinâmica do capitalismo*, (1985), Lisboa, Teorema, 1985, p. 63.

⁵⁸ Cf. Fátima Sequeira Dias, "Moisés Sabat - um caso de insucesso na comunidade hebraica de Ponta Delgada no século XIX (...- 1864)", Separata da revista *Arquipélago*, revista da Universidade dos Açores, Série História, vol. XI, 1989, pp. 195-231.

⁵⁹ Fátima Sequeira Dias, *Uma estratégia de sucesso...*, *op. cit.*, cap. I.

Embora possa parecer que a chegada e fixação de estrangeiros ("estrangeiro", no seu sentido mais lato, no sentido de pessoa de fora da terra, não necessariamente de outro país) indiquem cosmopolitismo na praça escolhida, Fernand Braudel alerta para o fenómeno inverso nas sociedades pré-industriais. A chegada de homens de fora dá-se porque eles verificam vantajosas possibilidades de negócio, ainda não exploradas pelos autóctones. Assim, as colónias de estrangeiros podem não indicar o sucesso dessa praça (ainda que essas colónias de estrangeiros prosperem), mas a sua debilidade, porque os autóctones não conseguiram assumir os destinos dela. Vejam-se as fragilidades de Lisboa do século XVI, as de Madrid do século XVII e as de tantas outras cidades localizadas a leste do rio Elba e nas margens do Danúbio que, ao longo da sua história, dependeram dos negociantes estrangeiros para comerem, se vestirem, construírem as casas, erguerem as fábricas e edificarem as necessárias infra-estruturas de transporte⁶⁰...

Acreditando no dinamismo dos homens de fora, podemos supor que, se por um lado as ilhas beneficiaram com a sua chegada, porque eles redimensionaram o mercado, por outro, elas perderam, porque esses "homens de fora" "estavam quase sempre de passagem", desinteressando-se delas quando os dividendos económicos diminuía. Os Açores sempre atraíram esses homens de fora, pois estiveram nas rotas dos judeus rechaçados da Península, no século XVI, nas rotas dos cristãos-novos em fuga da Inquisição, nos séculos XVI e XVII, e nas rotas dos que procuravam oportunidades de negócios fora da sua terra, após a emergência do primeiro sistema económico do Atlântico - como flamengos, espanhóis, ingleses, prussianos, americanos... A história local apresenta uma panóplia de exemplos para cada uma dessas comunidades, remontando os últimos aos continentais que, nos batalhões portugueses estacionados nos Açores, acabaram por fixar residência nas ilhas e contribuir para o fortalecimento do tecido empresarial local⁶¹.

⁶⁰ Fernand Braudel, *Le temps du monde*, *op. cit.*, p. 29.

⁶¹ Nestor de Sousa, "Sinais da presença britânica na vida açoreana (séculos XVI-XIX)", in *Arquipélago*, nº especial, 1988, *Relações Açores - Grã-Bretanha*, Revista da Universidade dos Açores; José Damião Rodrigues, "De mercadores a terratenentes: percursos ingleses nos Açores (séculos XVII-XVIII)", in *Ler História - Açores peças para um mosaico*, nº 31, 1996, pp. 41-68; António Augusto Riley da Motta, "Das colónias estrangeiras em S. Miguel nos séculos XIX e XX", in *Insulana*, vol. XV, 1º semestre, 1959, pp. 31-47; Fátima Sequeira Dias, "Acontecimentos notáveis...", *op. cit.*

3. Analisadas algumas manifestações da coexistência de dois modelos de organização social, persistentemente constatados na sociedade açoriana, que denominámos de *dualismo*, urge diagnosticar outros estrangulamentos que também consideramos terem amarrado as ilhas a vivências e a ritmos desaparecidos há muito das sociedades desenvolvidas.

Entre esses numerosos estrangulamentos, a falta de capacidade dos açorianos para dominarem o sector dos transportes marítimos e o persistente analfabetismo da população açoriana contam-se, quanto a nós, entre os maiores bloqueios estruturais. Ambos, enfim, têm obrigado os Açorianos a se fecharem sobre si próprios, a deixarem de ter escolha, a não fazerem opções.

Vejamos cada um desses pontos. Os estudos publicados desde os anos sessenta, com os trabalhos magistrais de Pierre Chaunu e de Vitorino Magalhães Godinho, e, nos nossos dias, de António José Telo, têm demonstrado que os Açores têm assumido uma posição estratégica no meio do Atlântico, ao longo da sua História⁶². Ora como centros de abastecimento de cereais ao reino, sempre de deficitária produção, ora como pontos de paragem e de refresco no regresso das armadas do Atlântico e do Índico nas chamadas derrotas da navegação, as ilhas açorianas foram pontos de atracção da navegação que ia abrindo o oceano aos ritmos da economia capitalista.

Durante os primeiros séculos do povoamento, era na baía de Angra que a Armada das Índias encontrava refúgio contra os piratas, os corsários e os outros contratemplos da navegação no Atlântico. Depois, no século XVIII, era para a bacia da Horta que afluíam os barcos, porque se caçavam os cachalotes no estreito do canal e porque se recebiam as pipas do então famoso vinho do Pico. Mais tarde, desde finais do século XVIII e ao longo do século XIX, a navegação internacional passou a preferir a baía de Ponta Delgada, pela riqueza do seu *hinterland* agrícola e pela sua exportação da preciosa laranja⁶³. Depois, já no século XX, com a nova ordem mundial e

⁶² Pierre Chaunu, *Seville et l'Atlantique*, Paris, A. Colin, 1955, 9 vols.; Vitorino Magalhães Godinho, *Os descobrimentos e a economia mundial*, (1963-1971), Lisboa, Ed. Presença, 4 vol., 1982; António José Telo, *Os Açores e o controle do Atlântico*, Lisboa, Asa, 1993; Bentley Ducan, *Atlantic Islands. Madeira. The Azores and the Cape Verdes in seventeenth century. Commerce and navigation*, University of Chicago Press, 1972; Avelino de Freitas de Meneses, *Os Açores nas encruzilhadas de setecentos (1740-1770), II Economia*, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1995.

⁶³ Fátima Sequeira Dias, "Tradição e inovação no comércio e navegação do arquipélago dos Açores durante o século XIX", in *História das Ilhas Atlânticas*, Região Autónoma da Madeira, 1997, vol. I, pp. 271-286.

com as construções de bases militares e de aeroportos internacionais, novas preferências espaciais foram surgindo...

Assim, parece que o arquipélago tem sabido oferecer aos outros o que eles têm procurado⁶⁴!

As ilhas têm sabido organizar a sua economia para oferecerem os produtos que são procurados externamente, mas nunca conseguiram gerir a sua distribuição. É certo que estes bloqueios não pertencem apenas a estas ilhas⁶⁵. Eles fazem parte dos bloqueios estruturais dos pequenos universos insulares. À excepção das ilhas de grande dimensão, as ilhas pequenas - olhe-se para as das Caraíbas, do Pacífico e do Mediterrâneo - terão elas alguma vez construído o seu destino? Mas também poder-se-á perguntar se a História Económica, feita pelos vencedores da História, não esquecerá, afinal, que o atraso sempre caracterizou a população mundial e que ainda hoje $\frac{3}{4}$ da humanidade não gozam dos frutos do desenvolvimento, como sugere Alain Peyrefitte⁶⁶.

A contracção da procura externa para os produtos açorianos, quando o gosto e a revolução técnica vêm alterar os hábitos de consumo, sempre desencadeou graves crises económicas do arquipélago: a concorrência do indigo das Antilhas ao pastel açoriano, a concorrência dos cereais americanos aos cereais açorianos, a concorrência da laranja espanhola à laranja açoriana, a concorrência do abacaxi da África do Sul ao ananás açoriano... Acrescente-se, nos nossos dias, a concorrência dos produtos lácteos europeus. (Hoje, como se sabe, o nosso sector dos lacticínios só subsiste, graças à atribuição de importantes subsídios de Bruxelas).

Em relação aos séculos passados, temos conhecimento das reconversões económicas levadas a cabo, mais ou menos rapidamente, através das sucessões seculares do trigo, pastel, milho, laranja, assim como, no último século, das tentativas de agro-indústria assentes no chá, na espadana, na batata doce, na beterraba, após o colapso da "economia da laranja"... Do seu sucesso a longo prazo no passado, faltam quantificar os resul-

⁶⁴ Cf. António Barreto, "Autonomia regional...", *op. cit.*, p. 268.

⁶⁵ José Paulo Martins Casaca, "Economia Insular e economia arquipelágica. Uma confrontação necessária", Separata da revista *Arquipélago*, revista da Universidade dos Açores, Série Economia, nº 1, 1988, pp. 61-74; José Monteiro da Silva, "Uma abordagem ao fenómeno da insularidade", in *Discursos (10 de Janeiro de 1994)*, Universidade dos Açores, pp. 21-52.

⁶⁶ Cf. Alain Peyrefitte, *O Milagre Económico*, *op. cit.*, p. 12.

tados, mas do sucesso futuro ainda falta pensar quais as reconversões económicas necessárias, após o fim do ciclo da bovinicultura⁶⁷.

Referindo, agora, o segundo aspecto considerado, o analfabetismo estrutural da sociedade portuguesa, em geral, e açoriana, em particular, verifica-se que um povo não ilustrado se adapta mal à mudança. Os estudos de Jaime Reis, comparando os percursos escandinavo e português, no século XIX, são esclarecedores a propósito do atraso português. Refira-se, a título de curiosidade, que a Escandinávia não tem praticamente analfabetos desde 1850. Portugal ainda tem uma taxa de 12% de analfabetos, em vésperas do século XXI! Em 1900, 86,39% dos micalenses eram analfabetos⁶⁸. Será interessante estabelecer comparações com a actualidade - com os períodos antes e depois do advento do Regime Autónomico.

A historiografia açoriana tem apostado demasiado na descrição dos comportamentos dos diversos "ciclos" de culturas para exportação, esquecendo temas tão importantes como as razões do atraso açoriano, apesar da importante bibliografia nacional sobre este tema, publicada nos últimos anos. Para tal, seria de grande utilidade testar as teses de Miriam Halpern Pereira, Vilaverde Cabral, Jaime Reis, David Justino, Pedro Lains, no caso específico dos Açores, porque não é por acaso que os Açores são hoje uma região ultraperiférica na Europa⁶⁹.

Explica-nos a História que os produtos açorianos (tal como os produtos nacionais) foram sempre concorrenciados por outras ofertas, sem que os nossos empresários tivessem capacidade para competirem, invocando, então, as pragas devastadoras, a diminuta dimensão dos solos insulares, os excessivos custos da produção, a careza dos transportes, a perifericidade do território, a diminuta dimensão da população...

Mas, não se invoca a falta de investimento produtivo nos sectores verdadeiramente rentáveis, nos chamados nichos ou *clusters*.

⁶⁷ Cf. José Paulo Martins Casaca, *Açores e sector leiteiro*, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1985.

⁶⁸ Aurélio Marcos Pereira, *A ilha de S. Miguel sob ponto de vista agrícola*, op. cit., pp. 75-76.

⁶⁹ Cf. Miriam Halpern Pereira, *Livre Câmbio e desenvolvimento económico*, Lisboa, Sá da Costa, 1983, 2ª; Vilaverde Cabral, *O desenvolvimento do capitalismo em Portugal no século XIX*, Lisboa, Regra do Jogo, 1981; Jaime Reis, *O atraso económico português, 1850-1930*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993; David Justino, *A formação do espaço económico nacional. Portugal 1810-1913*, Lisboa, Veja, 1988, 2 vols.; Pedro Lains, *A economia portuguesa no século XIX*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1995.

Não se refere a falta de conduta empresarial (embora paradoxalmente pareça não escassear motivação empresarial nos Açores)⁷⁰.

Não se menciona a falta de integração da economia insular.

Não se recorda a fragilidade dos mercados insular e continental pela debilidade do rendimento das famílias...

Não se lamenta a falta de instrução e de educação de um povo, traduzidas na incapacidade de uma rápida reconversão da sua economia.

Não se penaliza o precário regime de organização económica e administrativa do território.

São estes, quanto a nós, os principais estrangulamentos de todos os tempos, no arquipélago dos Açores (e no território continental).

O diagnóstico não é difícil. A dificuldade radica na explicação desse diagnóstico, pois, citando mais uma vez, Alain Peyrfitte "é humilhante admitir que os nossos atrasos ou falhanços remetem para o que temos de mais íntimo, a educação, a impregnação mental, aquilo que recebemos dos familiares e amigos, dos pais, da nossa comunidade"⁷¹.

E pergunta-se, por que motivo tem sido assim? Por que razão não tem sido possível lutar contra essa permanência? Perscrutando de novo a História dos Açores, encontram-se personalidades de eleição que sonharam uma realidade diferente para os Açores. Por que motivo, então, as suas ideias não chegaram a ter impacto duradouro, nas ilhas⁷²?

O problema seria da ausência de uma verdadeira elite, como acusava António Sérgio para a realidade portuguesa, ou das circunstâncias políticas nacionais sempre adversas ao desenvolvimento insular?

⁷⁰ Luís Carlos Pereira Silvestre, *Motivações empresariais nos Açores*, 1996, 2 vols. (tese de Mestrado defendida no ISCTE, dactilografada).

⁷¹ Alain Peyrfitte, *O milagre em economia, op.cit.*, p. 8.

⁷² Cf: João Soares de Albergaria de Sousa, *Corografia Açórica*, (1822), Prefácio de José Guilherme Reis Leite, Ponta Delgada, *Jornal de Cultura*, 1995; Aristides da Mota, *Autonomia Administrativa dos Açores*, (1993), Ponta Delgada, *Jornal de Cultura*, 1994; Mont' Alverne de Sequeira, *Questões Açorianas*, (1894), Ponta Delgada, *Jornal de Cultura*, 1994; Francisco d' Athayde M. de Faria e Maia, *Em Prol da descentralização*, (1932), Ponta Delgada, *Jornal de Cultura*, 1994; *Grémio dos Açores, Livro do I Congresso Açoriano que se reuniu em Lisboa de 8 a 15 de Maio de 1938*, Ponta Delgada, *Jornal de Cultura*, 1995; Urbano Mendonça Dias, *Peço a Palavra*, (1944), Ponta Delgada, *Jornal de Cultura*, 1994; José Bruno Carreiro, *A autonomia administrativa dos distritos das ilhas adjacentes*, (1952), Ponta Delgada, *Jornal de Cultura*, 1994, (....).

Como explicar que, afinal, a "prosperidade" dos diversos ciclos económicos da agricultura nunca tivesse conseguido erradicar a pobreza estrutural da população açoriana?

Quanto a nós, as raízes dessa mesma prosperidade têm tido origem na fraca remuneração do factor trabalho. Daí, a falsa prosperidade. A prosperidade de apenas alguns, sem conseguir impulsionar a melhoria do nível de vida da população que, por ser muito baixo, não consegue estimular, por arrastamento, as actividades em outros sectores da economia. Tendo como pressuposto o excesso de população, nunca houve necessidade de investir em bens de capital, no sentido de uma organização capitalista da produção, assim como nunca foi necessário educar a população, porque dela apenas se lhe exigia trabalho pesado. As mais-valias obtidas na terra podiam ser destinadas aos gastos de consumo perdulário e ostentatório, porque, além disso, os que queriam melhorar a sua vida, quebrar com as inércias do meio, podiam sempre emigrar. Foi assim, no início do povoamento. Foi assim, antes, durante e depois da "economia da laranja". Foi assim, até à revolução de 25 de Abril de 1974. A vontade de emigrar representava, desta forma, a luta pela mudança, o corte com a "pátria madras-ta" - termo utilizado por Mont' Alverne Sequeira. A vontade de emigrar era a luta pela inovação. A luta contra a inércia. A luta contra a pobreza e a fatalidade. Era, em suma, a "revolução pacífica" - a "jacquerie" moderna, sem sangue mas de lágrimas, que, pela destruição do *status quo*, tem permitido aos que cá têm ficado viverem melhor.

4. Resta fazer a História das políticas de fomento económico incrementadas pelos Capitães dos donatários, pela Capitania General, pelos Governos Cívicos e pelas Juntas Gerais, "medir" o seu impacto, e comparar os níveis de investimento nas diferentes épocas. Resta fazer o saldo dos créditos e débitos dos diversos sistemas administrativos - desde a Monarquia Moderna à Monarquia Liberal, desde a República ao Estado Novo, a fim de se contemplarem as épocas antes e após a inauguração da Autonomia.

Calcular o PIB regional do passado, permitirá saber o que a ilha de S. Miguel e as demais ilhas do arquipélago, efectivamente, têm pago para serem portuguesas e o que, efectivamente, têm recebido por serem portuguesas. Apenas esta quantificação permitirá recorrer a contrafactuais e concluir se o percurso histórico dos Açores poderia ter sido diferente do

que foi e quais as alternativas possíveis face às disponibilidades existentes. E se os Açores se tivessem tornado as *Western Islands* inglesas, como sugerira o Capitão Boid⁷³?

Apesar do quadro negro traçado, pode-se inventariar, na actualidade, contudo, alguns elementos de inovação susceptíveis de poderem quebrar com os fenómenos perversos, atrás caracterizados, e de poderem motivar uma nova organização económica e social das ilhas, no sentido de erradicar, definitivamente, a pobreza, o maior escândalo social dos nossos tempos, se houver vontade para assim o fazer.

Como sinais positivos, nos últimos anos, à semelhança dos países desenvolvidos, também os campos açorianos se têm urbanizado. Também as mulheres têm sido integradas no mercado de trabalho. Também a televisão e a rádio chegaram a todos os lares, a todas as ilhas, e o surto das telecomunicações tem facilitado a integração do açoriano no mundo. Também a informática e os computadores pessoais (nomeadamente a *Internet*) têm acrescentado mais-valias importantes nessa integração do açoriano, no mundo. Também a criação da Universidade dos Açores veio contribuir para um aumento do nível cultural das ilhas, pela preparação de inúmeros quadros técnicos, que, na sua maioria, têm ficado nos Açores. Também a escolaridade obrigatória de nove anos, imposta nos últimos anos, aumentou exponencialmente o número de indivíduos alfabetizados no arquipélago, embora ainda seja necessário muito investimento para que, pelo menos 40% dos nossos jovens, à semelhança da média europeia, entrem na universidade. (Hoje a média açoriana ainda se queda pelos 20%).

Além disso, construíram-se muitas centenas de quilómetros de estradas. Construíram-se muitos portos e rasgaram-se muitos aeroportos. A aposta nos transportes e comunicações lançou as bases para a abertura dos Açores ao investimento, criando as condições indispensáveis para o desempenho da função empresarial. Nos últimos anos, cresceu, rapidamente, o número de empresas e de empresários nos Açores, ainda que o sector dominante continue a ser o da actividade comercial e se caracterize pela reduzida dimensão⁷⁴.

⁷³ Cf. João Paulo A. Pereira da Silva, "A perspectiva do comandante Edward Boid, oficial inglês e romântico" in *Arquipélago*, revista da Universidade dos Açores, n.º especial, 1988: *Relações Açores - Grã Bretanha*, pp. 211-232.

⁷⁴ Dados trabalhados por Sousa Filipe, "Comércio, estabelecimentos e pessoas ao serviço por concelhos", Secretaria Regional da Juventude e Recursos Humanos, 1990 (dactilografado).

Contudo, apesar dos inúmeros elementos de optimismo citados, passada a euforia do lançamento das bases da Autonomia Regional (1976) e da Adesão de Portugal à Comunidade Europeia (1986), continuam a restar problemas muito graves para resolver: o endividamento das famílias; a falta de emprego para os jovens; a alta taxa de falência no universo empresarial; a descapitalização das empresas...

No passado, quando surgiam as crises económicas no arquipélago, as pessoas passavam muitas privações ou emigravam para a "América".

A questão, agora, está em saber se os açorianos suportariam viver com as mesmas privações de há anos atrás.

A questão está em saber, se ainda é possível realizar o "sonho americano", na "América".

A resposta, estou certa, é conhecida de todos nós. Resta-nos, então, trabalhar, trabalhar muito para que o surto de desenvolvimento dos Açores não pare e não se torne apenas em mais um "ciclo" como os conhecidos do passado histórico.

HISTÓRIA GERAL

